

## Interpela-me? A ideologia e o Outro enquanto condições subjetivas do sujeito nos discursos

Question me? Ideology and the Other as subjective conditions of the subject in discourses

Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues<sup>1</sup>  
Universidade Federal da Bahia – UFBA  
rodrigues.a.c90@gmail.com

Tiago Santos Sampaio<sup>2</sup>  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
tssampaio@uneb.br

Maria de Lourdes Soares Ornellas Farias<sup>3</sup>  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
ornellas1@terra.com.br

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir, teoricamente, o conceito de *interpelação* enquanto operação que alça o indivíduo à condição de sujeito da Ideologia, articulando-a às noções de *eu* e de sujeito do inconsciente forjadas pela psicanálise. Como resultados, são reiteradas as ideias de que: a) a interpelação subordina, pela nomeação, o indivíduo às posições sociais ancoradas em formações discursivas, convertendo-o em sujeito ideológico; b) esse mecanismo opera através de processos discursivos de alienação que mascaram, para o sujeito intimado, a relação de assujeitamento na qual se encontra, fazendo-o crer-se como sujeito de si mesmo e origem do seu dizer; c) o sujeito ideológico se aproxima da instância do Eu, uma vez que ambos estão assentados em identificações imaginárias que fornecem a ilusão de unidade do ser e da literalidade do sentido e d) a originalidade do sujeito e sua condição subjetiva estariam vinculadas ao sujeito do inconsciente, que se apresenta nas falhas do discurso. Em vista disso, conclui-se que os sujeitos da ideologia e do inconsciente, quando interpelados, estão subordinados ao campo da linguagem (o grande Outro), pois ambos são efeitos dos significantes, um sob a forma das representações imaginárias e o outro a partir das brechas do discurso.

**Palavras-chave:** Interpelação; Análise de Discurso; Formações discursivas; Sujeito ideológico; Sujeito do inconsciente.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bacharel em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Psicólogo. Professor da Educação Básica pela rede estadual de educação do Estado da Bahia.

<sup>2</sup> Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do curso de Comunicação Social da UNEB (Campus XIV).

<sup>3</sup> Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Doutora e mestra em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduação em Pedagogia e Psicologia com Licenciatura e Bacharelado pela Universidade do Estado da Bahia (UFBA). Psicanalista. Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Educação e Representações Sociais - Geppe-rs vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PGEduC) da UNEB.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to discuss, theoretically, the concept of interpellation as an operation that elevates the individual to the condition of subject of Ideology, articulating it with the notions of Self and Subject of the Unconscious forged by psychoanalysis. As results, the ideas are reiterated that: a) interpellation subordinates, through appointment, the individual to social positions anchored in discursive formations, converting him or her into an ideological subject; b) this mechanism operates through discursive processes of alienation that mask, for the intimated subject, the relationship of subjection in which he finds himself, making him believe he is the subject of himself and the origin of his speech; c) the ideological subject approaches the instance of the Self, since both are based on imaginary identifications which provide the illusion of unity of being and the literality of meaning and d) the originality of the subject and its subjective condition would be linked to the subject of unconscious, which appears in the flaws of speech. In view of this, it is concluded that the subjects of ideology and the unconscious, when questioned, are subordinated to the field of language (the big Other), as both are effects of signifiers, one in the form of imaginary representations and the other from of the gaps in the discourse.

**Keywords:** Interpellation; Discourse Analysis; Discursive formations; Ideological subject; Subject of the unconscious.

## Introdução

Parece-nos incontestável, em um diálogo comum, haver a percepção de certeza de que, quando alguém fala, o enunciador sabe que é ele e não outro quem o faz, assim como aquele que escuta reconhece que é a ele que a mensagem é dirigida, legitimando o lugar do falante e do discurso por ele proferido. Vemos aí se delinear não só a ideia de exatidão da identidade do enunciador, mas também o estatuto de evidência do sujeito que profere o dizer, sem que haja, no âmbito da cotidianidade, contestação do quê, do porquê e das condições de produção do que se diz.

Essa inteligibilidade do enunciador, enquanto sujeito produtor de seu próprio discurso – enunciação dotada dos sentidos por ele escolhidos, cujo motor de produção é a própria vontade do locutor –, é problematizada por Althusser (1996) ao discutir o modo e os meios pelos quais a ideologia atua sobre os humanos e grupos sociais, bem como produz os seus efeitos, no sentido de reproduzir as relações de produção. Problematização esta que é desdobrada por Pêcheux (1997) ao pensar o processo discursivo na obra *Semântica e Discurso*.

Tal aspecto – o sujeito como origem do seu dizer e da ação – é posto em destaque pela compreensão de Althusser (1996) de que o *sujeito* surge a partir de uma operação de *interpelação* executada pela própria ideologia, isto é, o sujeito emergiria no próprio jogo concreto da luta de classes, embora ele não questione o estatuto de ser assujeitado às representações das condições materiais inscritas no seio das condições de produção em dado momento histórico. Assim, em síntese, o sujeito de que fala Althusser (1997), ou seja, o *sujeito da ideologia*, é, antes de tudo, efeito de uma exterioridade, que se vê, entretanto, conforme frisa Pêcheux (1997), como senhor e causa de si mesmo. Nesse sentido, a interpelação seria o mecanismo que faz operar tanto a derivação do sujeito quanto o mascaramento da condição de sua determinação.

Podemos notar que o termo *interpelar* designa, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de Kury (2001), não só o ato de perguntar alguma coisa a alguém, mas também de *intimar*, no sentido de fazer a pessoa interpelada voltar-se para aquele que o interpela, ou seja, convocá-lo a ocupar o lugar de ouvinte e, possivelmente, de falante, mas cuja enunciação se dá a partir do lugar ao qual foi chamado a ocupar. Em consonância com o significado da palavra, a perspectiva althusseriana compreende que *não há sujeito senão quando intimado pela ideologia*, que se materializa em instâncias que o autor denominou de *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE). É, pois, no seio de tais campos de exercício da ideologia que o sujeito é

convocado a emergir, participando das práticas, rituais e exercícios que a compõem (Althusser, 1996).

Essa convocação, por sua vez, ganha corpo na *Análise de Discurso* de orientação francesa (AD), quando Pêcheux (1997) interpõe a evidência do sujeito de que fala Althusser (1996) com a ideia de impressão do sujeito de suposta naturalidade do sentido que produz. Sob esse olhar, o sentido, semelhante ao processo de formação do sujeito ideológico, emerge não do texto proferido em si mesmo, mas das posições discursivas de onde é enunciado, que são sempre ideológicas. Desse modo, *sujeito e sentido são frutos da natureza circunstancial que os engendram*, ao mesmo tempo que, esses sujeitos, ludibriados em sua condição de existência, afirmam-se senhores e origens de si mesmos, a fim de que não sejam postos em xeque e denunciadas as relações de (re)produção do capital, sustentadas pela ideologia. Dito de outro modo, em um mundo caracterizado pelas diferenças de classes, a ação da ideologia é eficaz ao assujeitar o indivíduo, dando-lhe a ilusão de sua autonomia, que se legitima pela ilusão de que se percebe como proprietário e matriz de seu dizer.

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, este artigo busca discutir, teoricamente, a noção de *interpelação* enquanto operação que alça o indivíduo à condição de sujeito<sup>4</sup>, articulando-o às noções de *Eu* e de *Sujeito* forjadas pela psicanálise, teoria que inspirou tanto Althusser (1996) quanto Pêcheux (1997), aspecto que fica evidente, por exemplo, quando este último defende uma teoria de constituição do sujeito que remete à perspectiva psicanalítica enquanto uma premissa para tematizar a AD como um modo de apreensão dos efeitos de sentido nos atos intersubjetivos de enunciação. A articulação dessas noções propõe, por seu turno, pôr em evidência aproximações (na constatação da não transparência do sujeito e da fala) e distanciamentos entre tais teorias (notadamente que o sujeito do inconsciente não é o sujeito da ideologia, mas antes aquele que denuncia a alienação que esse apresenta), tendo o discurso como o objeto pelo qual tais mecanismos operam e se delineiam.

Após este introito, esmiuçamos a noção de interpelação em suas relações com a AD, evidenciando de que forma ela acarreta a fundação do sujeito ideológico e do sentido. Em seguida, articulamos tal conceito com as operações que formam o Eu e o Sujeito segundo a teoria psicanalítica de abordagem lacaniana, demarcando a semelhança do Eu com o sujeito ideológico e, em contraponto, a diferença deste com o sujeito do inconsciente. Assim o faremos a partir de alguns constructos psicanalíticos, principalmente *Outro*, *Identificação* e *Estádio do*

---

<sup>4</sup> Este artigo é fruto do trabalho final do componente curricular *Análise do Discurso na Pesquisa em Educação*, que integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I.

*Espelho*, de modo a fornecer argumentos que sustentam a hipótese de que *a interpelação que forma o sujeito ideológico reforça a identificação primeira que constitui o Eu e que, por conseguinte, o sujeito da interpelação não coincide com o sujeito do inconsciente, mas antes ratifica o mascaramento da condição dividida do ser falante, por meio dos efeitos imaginários da Ideologia.*

### **A Interpelação na AD: o advir do sujeito do discurso na e pela formação discursiva**

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, Althusser (1996) postula a interpelação enquanto conceito associado à ideologia, ao afirmar a tese de que “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Althusser, 1996, p. 131). Essa afirmação é justificada pelo autor sob a égide de que o funcionamento da ideologia só se dá através de sujeitos, tendo em vista que ela é mais do que um conjunto de representações, mas diz respeito a um conjunto de práticas inscritas em AIEs. Nesse sentido, a condição Sujeito é essencial para o funcionamento da ideologia. Assim, é necessário que os indivíduos sejam, pois, assujeitados às matrizes de funcionamento da ideologia, assumindo o lugar de sujeitos. Nas palavras do autor,

[...] vamos sugerir que a ideologia “age” ou “funciona” de maneira tal que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (ela recruta a todos), ou que “transforma” os indivíduos em sujeitos [...] por essa operação muito precisa que denominei *interpelação*, e que pode ser imaginada nos moldes da mais corriqueira interpelação cotidiana da Polícia (ou de outro): “Ei, você aí!” (Althusser, 1996, p. 133).

Vemos, portanto, que a interpelação se configura para o autor como uma operação de transmutação de condição, cujo funcionamento se dá pelo ato vocativo exercido pela linguagem. Logo, quando a Polícia, como diz o autor, ou qualquer outro agente, endereça uma fala que indica a uma outra pessoa que é com ela que se está falando, esse indivíduo é intimado a voltar-se ao seu locutor, em um ato mesmo de chamamento, ocupando uma posição de interlocução que o assujeita a um campo ou lugar simbólico, a fim de que possa responder à interpelação em uma dada posição correspondente. Afinal, “[...] O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2009, p. 39).

A partir do mesmo exemplo, Gillot (2018), em sua obra *Althusser e a Psicanálise*, afirma que o ato de se virar implica a obediência à lei e o reconhecimento de si mesmo como destinatário da ordem. Assim, é “Nesse processo elementar de “virar-se”, por meio do qual o

indivíduo concreto encontra-se *ipso facto* transformado ou convertido em sujeito concreto” (Gillot, 2018, p. 101), que se perfaz a operação da interpelação por meio da ideologia.

Tendo isso em vista, podemos conjecturar que interpelar, sendo um ato de chamamento que implica um laço fundado e operado pela linguagem, visto que o sujeito escuta a interpelação e a ela é quase que intimado a responder, funda o sujeito por assujeitar o indivíduo a posições que são instituídas pela divisão e luta de classes, como afirmou Althusser (1996), e as possibilidades discursivas que nelas se constituem (Pêcheux, 1997).

Nesse sentido, a transmutação de indivíduo em sujeito, operada pela ideologia, se define, nos termos de Gillot (2018), em uma espécie de essência omni-histórica que permite supor que nos AIEs se efetiva “uma equivalência histórica teórica fundamental entre a ordem ideológica, o devir-humano e o devir-sujeito” (Gillot, 2018, p. 101).

Desse ponto de vista, corroborando com as considerações de Orlandi (2009) sobre sujeito e ideologia, ao ser interpelado, não é o indivíduo que responde, mas a posição ou o lugar simbólico que ele ocupa em uma sociedade de classes, ou seja, quem diz é o sujeito subordinado aos espaços forjados pelas formações ideológicas inscritas em dado período histórico. Em função disso, a autora destaca que os discursos produzidos estão ancorados em *formações imaginárias*, uma vez que eles não estão pautados no lugar empírico, mas em uma posição fruto de representações. Por exemplo, se João, que é professor, é convidado a falar sobre a evasão escolar, há uma série de projeções imaginárias sobre o que é ocupar a posição docente que orienta o seu discurso. Nesse sentido, o dizer é do sujeito-professor e não do indivíduo João, que foi, nesse caso fictício, interpelado a falar da posição por ele ocupada em um AIE, a escola; posição essa atrelada ao que Pêcheux (1997) chamou de *formação discursiva*.

De modo geral, uma formação discursiva é, para Pêcheux (1997), a instância ideológica que dita tudo que pode e deve ser dito sob a forma de algum gênero textual. Em conformidade com isso, o que será dito é delimitado por esse campo que é, antes de tudo, representativo da ideologia. Essa, portanto, opera por meio de formações discursivas através dos exercícios de interpelação que conduzem o indivíduo às posições pelas quais os significantes são fornecidos e articulados, de modo a produzir sentidos. Aliás, melhor dizendo, embora o código linguístico forneça os significantes (Saussure, 2012) que estão acordados e atravessados por uma coletividade, as formações discursivas configuradas pelas relações de classe condicionam o que o sujeito falante pode ou não dizer através desse código. Com efeito, poderíamos dizer que é a interpelação que posiciona o sujeito na formação, podendo responder e significar o que profere, sendo ela a real matriz que produz o dizer.

É, pois, nesta medida que a proposição de Althusser, ao ecoar nas formações discursivas, amplia o laço interpretativo da díade saussuriana *significante-significado* para inscrevê-la na dinâmica sócio-histórica das relações materiais de reprodução do capital, instância na qual a ideologia, tal como propõe o materialismo histórico-dialético althusseriano, se perfaz como uma bruma languageira que turva o sujeito de perceber os funcionamentos discursivos por meio dos quais o discurso o assujeita, uma vez que toma tais operações como determinações que o precedem e dadas per si.

Desse modo, por estar assujeitado à formação discursiva que o interpelou, o sujeito não tem, conforme ressalta Orlandi (2009), ciência de que o seu dizer, enunciado não de um lugar concreto, mas de uma posição imaginária forjada pela ideologia, não é de todo seu, mas provém de uma ordem discursiva (Foucault, 2009) que demarca o que entra em seu discurso, dadas as suas respectivas locações institucionais e históricas. Poderíamos, em uma aproximação com as ideias de Lacan (2008), afirmar que é o *Outro*, instância simbólica que antecede e constitui o sujeito, que fornece os significantes ao preço de uma alienação que o faz repetir as projeções feitas a ele desde antes de seu nascimento. Não à toa, de acordo com Gillot (2018), Althusser retoma Freud para remontar o ritual ideológico do nascituro. Gillot lembra que:

[...] essa pré-intimação ideológica a ser sujeito, que se exerce sobre o pequeno homem desde sua concepção, se encontra posta em relação com essa ‘pega’ do inconsciente que comanda na perspectiva freudiana as ‘etapas pré-genitais e genitais da sexualidade’ e opera em todos os estágios do desenvolvimento da criança”. [...] o filhote de homem é, antes mesmo do seu nascimento, necessariamente assujeitado a uma ordem simbólica preexistente, sempre já intimado a ocupar o seu lugar de sujeito na ordem humana que é, em primeiro lugar, uma ordem de linguagem (Gillot, 2018, p. 102-103).

A despeito dessa inscrição tão precoce, é por meio da própria linguagem, conforme afirma Pêcheux (1997), que se operam os esquecimentos que produzem a ilusão adâmica do dizer enquanto expressão da autonomia e originalidade do discurso como produção languageira de um indivíduo e não de um sujeito. Tal aspecto, lido pela AD a partir das contribuições da psicanálise, reflete que a subjetivação, isto é, a “constituição em sujeito, [...] se produz sob a égide da ordem simbólica” (Gillot, 2018, p. 103). Índice deste processo, ocorre quando a fala genuína, descolada das representações imaginárias das quais está vinculada, desenrola-se pelos lapsos e furos do discurso, os quais têm proveito em um processo psicanalítico, sendo considerado nele como a *palavra plena* do sujeito do inconsciente.

Assim, como o dizer é constantemente produzido por meio de uma interpelação, a pessoa sofre a ilusão do lugar unívoco do seu dizer e da evidência dos sentidos de suas palavras

e expressões. Destarte, “a evidência do sentido [...] apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante [...]” (Orlandi, 2009, p. 46).

Desse modo, embora a origem e o sentido do nosso dizer resultem das posições por nós ocupadas e, por conseguinte, das formações discursivas onde elas se ancoram, há uma percepção de espontaneidade e de evidência que se apresenta no ato mesmo do dizer, que esconde as condições materiais que a ensejam e determinam, visto que a ideologia se funda na diferença e na luta de classes, ao mesmo tempo em que tenta ofuscá-las como fenômenos fundantes das condições de reprodução do capital. Assim, temos a ideia de que, nos termos de Pêcheux (1997), somos sujeitos de nosso próprio discurso. É por isso que, a nosso ver, o sujeito percebe-se como *Eu*, isto é, como unidade, instância egóica postulada por Lacan (1998) e ratificada por Pêcheux (1997):

Ao dizer que o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma de autonomia, não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma “transcendência”; estamos apenas retomando a designação de Lacan e Althusser – cada um a seu modo – [...] do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior), e especificamente [...] do interdiscurso como real (exterior) (Pêcheux, 1997, p. 162-163).

A partir de tal afirmação, o autor assinala não só que o sentido do que diz o sujeito não decorre das palavras que utiliza, mas também que, em sua subordinação, ele cria uma relação imaginária com o real, que o faz esquecer de toda e qualquer determinação que o antecede. É isso que nos faz aproximar o sujeito althusseriano do ego da psicanálise freudiana lacaniana, uma vez que ambos são definidos por sua relação de alienação imaginária. Esse aspecto está presente desde Freud (2011), ao colocar o ego como uma instância disciplinadora das pulsões, em função do princípio da realidade. Essa, por sua vez, desde Marx e Engels (2007), reflete as condições de produção e as relações de classe que as sustentam.

O que queremos dizer é que o Eu não é a pessoa, mas uma instância narcísica que, por mediar os conflitos entre o desejo do sujeito e as condições materiais de existência que o reprimem, opera um esquecimento da inclinação pulsional, ainda que a preço de um sintoma. Ele elabora uma solução de compromisso, por assim dizer, com a própria linguagem que, inscrita em relações sociais e, portanto, em uma ideologia, força a própria instância narcísica a figurar como senhor do discurso. Ou seja, o ego foi posto por Freud (2011) como a parte do

sujeito que o adapta à realidade, negando as outras instâncias constitutivas. Daí o autor afirmar, considerando o que emerge do inconsciente na sala de análise, que, embora o ego apresente aspecto de unidade, não é senhor em sua própria morada. Esse aspecto ficará mais bem explicitado na próxima seção deste trabalho.

Por ora, o que nos interessa é o fato de que, ao ser interpelado, o sujeito é dotado, como salientou Orlandi (2009), de uma identidade tal, que o leva a crer-se sempre como senhor e origem de seu dizer e de que, ao dizer o sentido, provém unicamente das expressões que utiliza. Como vimos em Pêcheux (1997), trata-se de uma subordinação mascarada pelo véu da autonomia, que apaga, inclusive, que o sujeito não só não diz per si, mas repete os discursos inscritos nas formações discursivas nas quais se ancora.

Pragmaticamente, esta operação ocorre por meio de diversos recursos da linguagem, como destaca Orlandi (2009), como a paráfrase que está presente em todo discurso. Como o dizer do sujeito incorpora aquilo que foi dito em outros lugares e circunstâncias, ou melhor, daquilo que se apresenta no que Pêcheux (1997) chamou de interdiscurso – que retroalimenta a formação discursiva –, ele repete, sem saber que o faz, outros discursos, mesmo que isso se faça de uma forma diferente. Daí a noção de paráfrase para compreender o processo discursivo ou a discursividade de um texto.

Contudo, se admitirmos, pois, que o sujeito se constitui na interpelação feita pelas formações discursivas-ideológicas, como destacou Pêcheux, e que, por conta disso, ele repete, por paráfrase, o que está inscrito em um interdiscurso que precede o seu dizer, defrontamo-nos com um processo discursivo completamente fechado, interditado a toda e qualquer produção pelo sujeito. Porém, Orlandi (2009) chama a atenção para o aspecto polissêmico do discurso, pautado no fato de que a linguagem, em todas as suas possibilidades, produz deslizamentos e substituições – aspectos apontados por Lacan ao pensar o inconsciente freudiano – que permitem pequenas rupturas e brechas no discurso. Assim, esse seria, na verdade, um produto forjado na tensão entre o repetir o que já foi dito e o engendramento de novos sentidos na formação da qual emana.

A partir de Orlandi (2009), podemos afirmar que expressão deste aspecto também se opera por meio de recursos outros como a metonímia, por meio da qual o sujeito diz ou substitui no dizer a parte pelo todo e, ao fazê-lo, pode promover acréscimos, rasuras, ressignificações ou dissidências que – se não o destituem do lugar de sujeito – reiteram, conforme Althusser (1996), que o processo de subjetivação pode ocorrer nas movências que evidenciam deslocamentos ou sobreposições de posições de sujeitos, sempre assujeitados, de acordo com os modos de interpelação próprios aos diferentes tipos de AIEs.

Antes de prosseguirmos com a discussão, de modo a defender a hipótese de que a interpelação abarca relações com a formação do Eu na psicanálise, discutiremos o Eu para a teoria psicanalítica, evidenciando o mecanismo que o funda enquanto instância narcísica.

### **O sujeito ideológico e a instância do Eu: aproximações entre a operação de interpelação e o estádio do espelho**

Se, como vimos na seção anterior, o *Sujeito Ideológico* de que fala Althusser (1996) é fruto de uma subordinação às formações discursivas pela operação de interpelação (Pêcheux, 1997) realizada pela ideologia, o ego (ou Eu), enquanto instância psíquica postulada por Freud (2011), é resultado de um processo de identificação com a própria imagem em um processo que Lacan (1998) designou de Estádio do espelho, cujo operador são os cuidadores que assumem a posição dos Outros primordiais da criança. O que buscamos, nesta seção, é apontar as aproximações e distinções entre os resultados dessas operações, isto é, entre o sujeito althusseriano e o eu da psicanálise.

De início, propomos que o cerne da relação aqui evidenciada reside na condição de subjugação que aparece tanto na operação de interpelação quanto no processo de fundação do Eu, apontando para a natureza de alienação em ambos os processos e nos seus resultados. Afinal, tanto o sujeito ideológico quanto o Eu estão subordinados àqueles que os convocaram a advir, a relembrar a ideologia (Althusser, 1996) e o Outro (Lacan, 1996), respectivamente. Por isso, Gillot (2018), ao retomar a subjetivação desde a etapa infantil, afirma que a proposição althusseriana recorre não só a Freud, mas também a Lacan, a partir do conceito de “Nome-do-pai”, enquanto figura da lei que confere suporte à função simbólica, o que transcenderia, segundo Gillot (2018), uma leitura freudiana biologizante dos estágios.

Ademais, considerando que: a) a Ideologia se relaciona com as condições materiais de produção, operando a fim de reproduzi-las, como destacou Althusser (1996), e que seu funcionamento é “[...] produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Orlandi, 2009) e b) o grande Outro diz respeito, a priori, conforme Lacan (2008), ao lugar da fala, ou seja, ao campo simbólico que não só fornece os significantes para que o sujeito dê conta do que procura simbolizar, mas daqueles que os significam e os instituem, já que é falado antes mesmo de falar, podemos conjecturar que tanto a ideologia quanto o Outro se articulam, pois, além de ambos deflagrarem o assujeitamento do

indivíduo, representam uma exterioridade que precede o ser, fazendo com que sua constituição perpassa o que já está posto no mundo em dado momento histórico.

Desse modo, se a ideologia, por meio da interpelação, como salienta Orlandi (2009), intenciona que o indivíduo produza um dizer a partir de um determinado lugar discursivo, o Outro, para Lacan (2008), é o campo do discurso que permite que o sujeito se realize como falante. Todavia, o sujeito da fala, ancorado nesse campo simbólico que é o Outro, comporia uma face de um sujeito que é barrado ou dividido, visto que:

Pelo efeito da fala, o sujeito se realiza sempre no Outro, mas ele aí não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala. O efeito de linguagem está o tempo todo misturado com o fato, que é o fundo da experiência, de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitado ao campo do Outro, o sujeito provém se seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro (Lacan, 2008, p. 184).

Vejamos que, apesar de o sujeito se realizar enquanto ser falante, podendo operar o código linguístico e as representações simbólicas que a cultura e a sociedade na qual está inserido lhe oferecem, ele só o faz por estar subjugado em uma relação de sujeição ao próprio campo que lhe concede a realização enquanto sujeito. Por conta disso, seu estatuto é de ser dividido, que acredita ser origem de seu dizer, mas que, porventura, só pode enunciar porque o simbólico que o precede lhe outorga tal direito.

Daí vemos se delinear a condição de subordinação Sujeito-Outro de que falamos, mas cabe-nos destacar em que momento a psicanálise demonstra a ilusão de que o sujeito é a origem de seu dizer. A perspectiva original de Lacan, para Gillot (2018), nesse sentido, se perfaz na função de reconhecimento-desconhecimento que “caracteriza mais o eu [*moi*], em sua ilusão de autonomia e em sua ilusão especular, do que o sujeito verdadeiro; nessa condição, ela parece constituir mais uma função imaginária do que simbólica” (Gillot, 2018, p. 114). Para tanto, é que retomamos o Estádio do espelho, proposto por Lacan (1998), como processo fundador do Eu. De acordo com Lacan, assim como para Freud (2010), a criança, na tenra infância, não reconhece a sua identidade, logo, não é capaz de dizer Eu. Segundo Freud (2010), seria o contato com a realidade e as frustrações advindas dela que ensejariam a construção identitária, tomada aqui como a percepção de um eu que se diferencia de um outro. Já para Lacan (1998), essa realidade estaria encarnada nos próprios cuidadores, que assumiriam a posição de Outros primordiais da criança.

A ideia de que os pais e responsáveis assumem tal lugar fica mais evidente se nos atentarmos para o aspecto de que, antes do pleno domínio da língua, esses tomam o choro, os

gestos e demais reações do bebê como atos de fala, fornecendo-lhes sentido e o alçando ao papel de enunciador (Ferreira, 1997). Assim, eles são fontes dos primeiros significantes do infante, colocando-o, desde cedo, como sujeito falante, em um ato precoce e inconsciente de subordinação da criança ao campo da linguagem; daí dizermos que esses adultos funcionam como os primeiros representantes do *Outro*. Ao mesmo tempo, além engendrar uma aproximação da criança com o universo simbólico, dando início a um processo de assujeitamento, esses Outros primordiais conferem, conforme Lacan (1999), a ilusão de que o sujeito é uno, indiviso, uma *Gestalt* forjada na relação familiar que pode então dizer *Eu*, formando uma imagem especular que será capaz de se enxergar enquanto senhor do próprio dizer, pois, quando fala, expressa aquilo que traduz a sua vontade.

Assim, o Outro, tal como faz a ideologia nas relações cotidianas, mascara a condição de subjugação da pessoa ao campo das formações discursivas e, por conseguinte, o estatuto barrado do sujeito. Barra esta que, de acordo com as proposições de Lacan (2008), representa o corte operado pela própria linguagem sobre o desejo do sujeito, uma vez que este existe, mas só se dá a ver e expressar por meio dos significantes que o representam<sup>5</sup>. Especificidade humana que, contudo, não é discernida pelo sujeito, já que, assujeitado, toma a si mesmo como evidência, da mesma forma como considera transparente e unívoco o sentido do que diz, interpretando-o enquanto produto de um dizer genuíno, fabricado apenas pela escolha articulada dos significantes que, embora não sendo seus, mas provenientes do Outro, toma para si.

Dessa forma, a semelhança entre o sujeito ideológico e a instância imaginária e narcísica da pessoa, o Eu, reside tanto na sua relação de assujeitamento a um campo precedente, cuja origem está no âmbito do coletivo, como no mascaramento de tal condição por uma ilusão de identidade autônoma, que responde inteiramente por si. Tal aproximação coloca-nos, entretanto, o desafio de buscar aproximar as exterioridades que subordinam os indivíduos, tornando-os sujeitos, sem que estes se apercebam disso, ou seja, de explicitar os pontos de convergência entre o grande Outro e a ideologia.

Em uma primeira tentativa, lançamos mão da ideia da AD de que o funcionamento do discurso, a partir da ideologia, está assentado em relações imaginárias, pois refletem as posições ocupadas por cada um (Orlandi, 2009). Nesse sentido, o sujeito constituído pela interpelação é aquele que é chamado a falar de um determinado lugar simbólico, que, no entanto, teria como

---

<sup>5</sup> Para Lacan, um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante, de modo que o sujeito do desejo está preso nas tramas da linguagem, no seu deslizamento, podendo advir, em sua plenitude, apenas pelas formações do inconsciente (Lacan, 2008).

matriz representações resultantes de projeções que conferem os sentidos aos significantes produzidos a partir dele, uma vez que, conforme Orlandi (2009), ele não é o reflexo de um lugar concreto, mas das representações imaginárias que os grupos sociais, em suas relações de classe, instituíram em determinado momento histórico. Logo, quando um policial fala, o indivíduo que ocupa tal cargo é interpelado a proferir seu discurso a partir da posição, com todas as suas imagens, do que é ser um policial. Suas formações discursivas, portanto, o interpelam segundo as formações imaginárias que as presidem.

O Eu, por sua vez, segundo Lacan (1998), é uma instância eminentemente imaginária, pois ele se forma por um processo de identificação da criança à imagem fornecida pelo outro. Como já sinalizamos, esse processo foi denominado pelo autor de estágio do espelho, precisamente porque, ao final dele, a criança formará uma imagem de si, podendo, a partir de então, reconhecer-se em uma representação especular. A partir de então, esse Eu será a matriz de toda e qualquer identificação, capaz de incorporar, segundo Freud (2011), os traços de toda relação estabelecida, demonstrando que ele não é algo dado e posto, mas uma instância que se altera, embora veja-se sempre como identidade imutável, posto que o espelho o revela sempre o mesmo. Tanto é que o autor afirma que “[...] o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetivos abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (Freud, 2011, p. 36).

Nesse sentido, vemos na constituição e na natureza do Eu a matriz propícia de alienação que permite que o sujeito da ideologia venha a advir, ou seja, surgir nas tramas imaginárias que presidem as formações discursivas-ideológicas. Lemos isso nas palavras do próprio Lacan (1998), ao afirmar que “esse momento que se conclui o estágio do espelho inaugura, pela identificação com a *imago* do semelhante e pelo drama do ciúme primordial [...], a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas” (Lacan, 1998, p. 101).

Assim, a primeira imagem do indivíduo, que o dota de um sentimento de identidade, o prepara para as relações sociais que, por sua vez, são presididas pelas imagens das posições que cada um deve ocupar nas instituições enquanto AIEs. Não podemos nos esquecer, inclusive, que é no seio familiar, um AIE, como salienta Althusser (1996), que esse Eu se funda. Isso porque a formação dessa primeira *imago* se dá na relação que a criança estabelece com os Outros primordiais de que falamos, quando esses a sinalizam e a legitimam frente à criança. Em outras palavras, a criança que vê a sua imagem em um espelho não sabe que o que ela enxerga é a especularização de si mesmo; essa identificação só ocorre após os seus cuidadores (os primeiros grandes Outros, matrizes simbólicas) afirmarem que esse que é visto no espelho é a criança que o olha (*Sim, esse é você, meu querido*, diria a mãe), fazendo-o reconhecer-se em

uma primeira representação imaginária, legitimada pela fala e pelo olhar desse Outro que dela cuida.

A nosso ver, esse processo tratar-se-ia de uma primeira interpelação do indivíduo à condição de sujeito, convocando-o a ocupar a imagem que representa (imaginário) seu nome. Assim, toda vez que é chamado, após ter se assenhoreado de sua imagem no espelho, ele é assujeitado a uma “ilustração” que foi desenhada e reconhecida por um Outro, mas que ele enxerga como sua de forma evidente, e salvo certas condições inquestionáveis. Nesses moldes, Lacan (1998) nos dá a entender que o Outro produz uma alienação do sujeito à sua imagem. Assim, “[...] o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu eu” (Lacan, 1998, p. 116).

Em conformidade com isso, compreendemos que é o Eu que vem a fornecer a natureza de evidência ao sujeito ideológico, sem que necessariamente estejamos o igualando completamente. Trata-se de pensar essa instância psíquica como fruto de um primeiro gesto de interpelação, posicionando o sujeito em relações de alienação com as imagos que o representam. Se admitirmos isso, somos inclinados também a anuir que o Outro, enquanto campo simbólico, é quem interpela; mas, ao fazermos isso, não estaríamos o comparando a uma estrutura imaginária, como o é a ideologia?

Sobre isso, cabe-nos compreender, de antemão, que, no campo das relações humanas, não podemos desvincular, como demonstra Lacan (1977), os registros do imaginário e do simbólico, demonizando as representações imagéticas que se interpõem na formação dos laços entre os sujeitos. A análise pessoal é quem visa, segundo o autor, fazer advir o sujeito da palavra plena, livrando-se das projeções imaginárias que aparecem em seu próprio discurso. Isso não significa que seja possível abolir o imaginário, e a prova disso está em como a Ideologia, pelo exercício de interpelação, organiza e situa os sujeitos nas posições sociais e, por conseguinte, como salientou Orlandi (2009), nas formações discursivas das quais emergem os sentidos de suas palavras (Pêcheux, 1997). Assim, se o simbólico que constitui o Outro fornece os significantes, o imaginário da ideologia fornece os sentidos que os egos dos falantes acreditam serem seus. Esses só falariam, genuinamente, a partir dos atos inconscientes, isto é, por meio dos sintomas, atos falhos, esquecimentos e por toda ordem de ações cujas intenções escapam ao indivíduo<sup>6</sup> e demonstram o efeito evanescente do sujeito do inconsciente (Lacan, 2008).

---

<sup>6</sup> Denunciando, todavia, no processo, a sua condição de não indivíduo, por evidenciar o estatuto que possui de sujeito barrado ou dividido.

Dessa forma, a partir de Althusser (1996) e de Pêcheux (1997), podemos afirmar que, quando interpelado pela ideologia, quem fala é o sujeito ideológico, a partir de uma alienação egóica que responde de uma formação discursiva que lhe antecede. Por outro lado, quando esse sujeito ideológico, ancorado em sua matriz egóica, tropeça no próprio discurso emitido da posição que ocupa, contradizendo-se, vemos emergir, como pontuou Lacan (2008), o sujeito do inconsciente em sua palavra plena (Lacan, 2009). Se para Orlandi (2009), a partir das considerações de Pêcheux (1997), o sujeito fruto da interpelação não reside de uma condição subjetiva ou de um efeito psicológico, mas das relações de produção, o sujeito do inconsciente, que aparece nas claudicações do discurso, poderia ser lido como a matriz subjetiva do humano, pois estaria ligado à condição desejante que, todavia, só aparece no deslizamento dos significantes que ocorre no ato da própria fala, demonstrando que simbólico e imaginário se interpõem na discursividade do sujeito.

Nessa direção, Gillot (2018) reitera o texto de Althusser sobre os AIEs como ponto de diálogo com as matrizes psicanalíticas e suas contribuições a partir de Freud e Lacan. Gillot (2018) afirma que, reconhecendo o papel do imaginário, a teoria da interpelação é regida, sobretudo, pela noção lacaniana de ordem simbólica enquanto lei de cultura. Nesse sentido, indica que, na retomada dessas noções, Althusser demarca alguns tensionamentos, uma vez que, diferentemente de Lacan, “não parece sempre disposto a reconhecer uma pertinência filosófica completa ao conceito de *sujeito*. Podemos perceber essa divergência [...] nas recepções quase opostas, da *conceituação cartesiana* do *Eu penso*, em Lacan de um lado, e em Althusser de outro” (Gillot, 2018, p. 118, grifos da autora).

O papel do simbólico se reitera também ao percebermos o Outro enquanto matriz de significantes, isto é, representante do simbólico enquanto lugar também da ideologia, uma vez que, segundo Orlandi (2009), essa opera pela própria linguagem. Althusser (1996) nos demonstra isso ao destacar que a interpelação faz uso do vocativo para deslocar o indivíduo à condição de sujeito (Ei, você aí). Em conformidade com isso, Orlandi (2009) reitera que é na língua que a ideologia assume sua materialidade. Assim, essa ideologia que emerge das relações de produção interpenetra o Outro e faz da discursividade o seu lugar de operação, pois o Outro nada mais é que:

[...] o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se no sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem de aparecer. E eu disse – é do lado desse vivo, chamado à subjetividade, que se manifesta essencialmente a pulsão (Lacan, 2008, p. 200).

Desse modo, é pelo campo simbólico que a ideologia opera através do mecanismo de interpelação, que parece ter a sua matriz na constituição do Eu enquanto instância imaginária e narcísica do sujeito, ensejando certa disponibilidade à alienação em relação às representações ideológicas que presidem as formações discursivas. Assim, demarca-se, nessa relação Outro-Ideologia, uma estruturação simbólico-imaginária do sujeito, cujo emaranhamento constitui a possibilidade de, ao dizer eu, posicionar-se.

### **Considerações finais**

Em vista disso, tanto o sujeito da ideologia, quando interpelado, quanto o sujeito do inconsciente estão subordinados ao Outro, pois ambos são efeitos dos significantes, um sob a forma das representações imaginárias que presidem as relações de produção e o outro a partir dos furos que o discurso apresenta, pela condição deslizante e polissêmica que tem a linguagem, como bem ressalta Orlandi (2009), dando a possibilidade de emergir algo que escapa às formações discursivas-ideológicas que presidem o dizer do sujeito. Como afirma Lacan (2008), o filhote de homem está sempre em relação com o Outro, pois ele depende do significante. Portanto, se considerarmos essa assertiva como verdadeira, podemos dizer que é pelo significante que o indivíduo é interpelado em sujeito ideológico e é também por ele que é possível que o sujeito do inconsciente advenha. De todo modo, o humano será sempre sujeito, pois estará sempre subordinado à linguagem e, por conseguinte, a esse grande Outro, lugar do significante e, portanto, do dizer.

### **Referências**

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (org.) **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- FREUD, Sigmund. O eu e o id, “autobiografia” e outros textos. Tradução Paulo César de Souza. In: **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FERREIRA, Sílvia. A interação mãe-bebê: primeiros passos. In: WANDERLEY, D. B. (org.) **Palavras em torno do berço**. Salvador: Ágalma, 1997.

GILLOT, Pascale. **Althusser e a psicanálise**. Tradução Pedro Eduardo Zini Davoglio, Fábio Ramos Barbosa Filho, Marie-Lou Lery-Lachaume. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa**. Organização Ubiratan Rosa. São Paulo: FTD, 2001.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2. ed. Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1**: os escritos técnicos de Freud. 2. ed. Versão brasileira Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcienelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução Eni Pulcienelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. Tradução Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

Recebido em: 11 de novembro de 2024  
Aceito em: 28 de julho de 2024